

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0011162-89.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Jamilson Peterson Alve de Jesus**
 Requerido: **Santa Casa de Misericórdia de São Carlos**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS

JAMILSON PETERSON ALVES DE JESUS, representado pela mãe, ROSANGELA APARECIDA ALVES ajuizou **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS** contra **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO CARLOS**, todos devidamente qualificados.

Aduz o autor, em síntese, ter sido vítima de um acidente de trânsito, na data de 02.04.2013, causado pela perseguição de policiais militares; foi necessário atendimento pelo SAMU e encaminhamento à requerida; devido à gravidade dos ferimentos, precisou ficar internado. A motocicleta que conduzia era produto de furto, e a perseguição se iniciou tendo em vista a tentativa do requerente em se evadir. Teve retido seu aparelho celular, não podendo comunicar-se com sua família, e foi levado à local destinado aos presos custodiados pelo Estado, “equiparado a uma verdadeira carceragem de estabelecimento prisional”, o que lhe trouxe angústia e desespero. A requerida permaneceu inerte diante dos pedidos de transferência de quarto feitos por sua genitora, ficando evidente o cunho racista, por ser de origem parda. O fato foi comunicado ao Conselho Tutelar e ao MM. Juiz da 2ª Vara Criminal da Infância e da Juventude, que determinou sua imediata liberação, sem nenhuma escolta policial, ante a falta de autorização e obrigatória comunicação à autoridade competente, considerando o ato de mantê-lo custodiado, ilegal e abusivo. Requer a procedência da ação, a fim de condenar a requerida à indenização por danos morais tendo em vista as gravíssimas lesões sofridas e os abalos emocionais imensuráveis.

A inicial está instruída por documentos de fls. 08/36.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Devidamente citada, a requerida apresentou contestação alegando, em síntese, que: 1) apenas acomodou o requerente no leito 3006 por orientação dos agentes policiais; 2) o requerente ficou em quarto com paciente, cuja patologia não causaria prejuízo algum, visto que a Comissão de Controle de Infecção Hospitalar foi previamente consultada; 3) o 3º Distrito Policial instaurou inquérito policial, a fim de apurar eventual abuso de autoridade dos policiais que escoltaram o requerente; 4) não possui meios para identificar quem deve ficar internado em quarto especial (destinado para custodiados), sendo necessário o pronunciamento da autoridade policial; 5) assim, não pode arcar com qualquer tipo de responsabilidade; 6) o atendimento ministrado se deu com muito respeito, tanto que não há queixa nesse sentido. No mais, rebateu a inicial e pediu pela improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls. 161/165.

As partes foram instadas a produzir provas, pelo despacho de fls. 166, e requereram a oitiva de testemunhas. O requerente pediu, outrossim, expedição de ofício ao Conselho Tutelar local para que apresente o relatório da ocorrência; e a requerida, expedição de ofício ao Terceiro Distrito Policial para apresentar conclusão do inquérito nº 142/2013.

Em resposta ao despacho de fls. 173 foram encartados ofícios às fls. 177 e ss e 242.

A fls. 246 foi indeferido o pedido de prova oral do autor, o que restou irrecorrido, conforme certificado a fls. 248.

É o relatório.

DECIDO.

No contexto dos fatos (aliás, incontroversos) não vislumbro qualquer motivo para atribuir aos prepostos da ré (e a ela própria) qualquer responsabilidade no ocorrido pelo fato que o autor utiliza para justificar seu reclamo.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Na noite do dia 02/04/2013 referido adolescente deu entrada no setor de emergência do nosocômio por volta das 20h30, acompanhado de milicianos e dos agentes do SAMU; ou seja, estava “escortado” pois havia se envolvido em ato, infracional (que, aliás, confessa ter cometido).

Tratava-se da ocorrência reportada no BO que segue a fls. 17 e ss.

Como ali chegou e **se manteve acompanhado de agentes** da lei, mesmo após o procedimento cirúrgico ao qual foi submetido, o setor de enfermagem da ré, como de estilo, providenciou sua acomodação no leito 3006, do Bloco C/Térreo, identificado nas fotos de fls. 11/14; ali, o adolescente recebeu o tratamento médico de que necessitava (e contra o qual não há qualquer insurgência).

Se abuso ocorreu foi perpetrado pelos milicianos que se puseram a escoltar Jamilson e não pelos leigos funcionários da enfermagem da ré, e de quais não se poderia exigir a tomada de posição de resistência contra aqueles que no momento representavam a “Lei”.

Inclusive, depondo a fls. 102 **e próprio menor confirmou ter sido vigiado durante todo o tempo por policiais militares !!!**

Inquirido durante o Inquérito Policial 142/143 o Soldado Antonio da Silva Cortes confirmou que escoltado por outros milicianos o menor foi introduzido “na mesma sala em que estava o preso” (um maior, sob escolta regular) e ali ficou.....

Se a investigação contra os próprios agentes da Lei acabou arquivada, não vejo qualquer motivo para responsabilizar o nosocômio, até porque na linha de desdobramento causal nenhuma conduta imputável a seus prepostos foi provada.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Como se tal não bastasse temos nos autos relatório feito pela enfermagem esclarecendo que a colocação do autor no leito já descrito se deu pelos policiais que o acompanhavam.

Mais, creio é desnecessário acrescentar.

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE O PLEITO INICIAL.**

Ante a sucumbência, fica o autor condenada ao pagamento das custas e despesas do processo e honorários advocatícios ao patrono da requerida, que fixo, por equidade, em R\$ 788,00. No entanto, a execução de tais consectários, ficará condicionada à perda da miserabilidade, vez que o autor é beneficiária da gratuidade de justiça.

P. R. I.

São Carlos, 17 de dezembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**